PAISAGISTAS BRASILEIROS: FORMAÇÕES E FORMATAÇÕES PROFISSIONAIS

BRAZILIAN LANDSCAPE ARCHITECTS – EDUCATION AND PROFESSIONAL QUALIFICATION

BARRA, Eduardo

Arquiteto paisagista (FAU-UFRJ, 1976), presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas.

E-mail: ebarra@alternex.com.br.

RESUMO

Esse artigo relaciona algumas iniciativas dos últimos cinquenta anos que tiveram por finalidade a formação de profissionais para atuação na área paisagística no Brasil e se propõe a servir de base para a reflexão sobre esse processo disperso e a confusa regulamentação profissional vigente.

Palavras-chave: Paisagismo, paisagistas no Brasil, formação e regulamentação profissional.

ABSTRACT

Brazilian landscape designers: professional qualification and expertises. This paper relates some initiatives that took place over the last 50 years, concerning Landscape Architecture's professional qualification in Brazil. Its objective is to provide a basis for a deeper discussion of both this rather disperse process and the confusing professional legal regulation currently in force.

Key words: *Landscape archietcture, Brazilian landscape designers, professional qualification and regulation.*

Introdução

De forma simples e objetiva, podemos dividir a história do ofício do paisagista em três fases distintas:

A **primeira** abrange dos primórdios até meados do século XIX, longo período em que o paisagista se limitava a produzir jardins privados para as classes mais favorecidas. Poucas exceções são conhecidas, como o Parque da Alameda na Cidade do México e o Passeio Público do Rio de Janeiro, criados respectivamente nos séculos XVI e XVIII já com a destinação de uso público. Não se sabe exatamente como se dava a formação dos primeiros paisagistas, mas é fácil supor que o conhecimento acumulado passasse de pai para filho e que os conceitos paisagísticos em voga em determinado local e momento migrassem de uma região a outra a partir dos relatos dos viajantes e da costumeira prática de conquista territorial da vizinhança.

A **segunda fase** abarca a luta em favor da criação dos parques nacionais e da implantação de parques urbanos, que teve o Central Park de Nova York (1858) como marco inaugural, momento em que o paisagista passou a trabalhar também em prol da coletividade, como um agenciador da natureza em pleno contexto urbano.

Esta etapa teve vida relativamente curta, se comparada com a primeira, uma vez que a partir de meados do século XX começou a ser delineada a **terceira fase**, em que o paisagista se transformou em uma espécie de gerente de recursos naturais e passou a integrar grandes equipes multidisciplinares.

A formação do paisagista no Brasil

Em 1954 (ou talvez 1955), o paisagista Roberto Burle Marx e o arquiteto Wit-Olaf Prochnik se reuniram para ministrar na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil (atual UFRJ) o primeiro curso de paisagismo dirigido a arquitetos de que se tem notícia, embora nada se saiba a respeito de seu formato e abrangência. Nesta época, a disciplina de paisagismo começava a ser valorizada na FAUUSP, a partir da marcante presença do professor norte-americano de origem portuguesa Roberto Coelho Cardoso.

Em 1958, Wit-Olaf e o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho realizaram um novo curso no recém-inaugurado bloco-escola do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Chamava-se Curso de Botânica Aplicada para Arquitetos e Paisagistas e era composto por 22 aulas com enfoque quase que exclusivamente botânico e mais 3 aulas de extensão, com abordagem diferenciada, ministradas pelos arquitetos Wit-Olaf e Hélio Modesto, e a educadora Ethel Bauzer Medeiros, consultora pedagógica para os projetos dos *playgrounds* do Parque do Flamengo. As aulas se concentravam basicamente em sistemática vegetal, talófitos, briófitos, pteridófitos, monocotilédones e dicotilédones, ecologia vegetal, tratos culturais em jardins, técnicas hortícolas, fitogeografia brasileira, plantas para interiores e arborização urbana.

Conversando com o professor Luiz Emygdio a respeito deste curso, mais de quarenta anos depois, ele admitiu – com sua característica humildade – que àquela época ainda não possuía a consciência do que realmente interessaria ao arquiteto e ao paisagista, considerando esse primeiro curso um “exagero botânico”. Mas com o tempo, sem dúvida, aprendeu a adaptar o enfoque de sua abordagem ao que hoje chamaríamos de público-alvo.

Em 1972, enquanto diversos países se reuniam na Conferência Mundial de Estocolmo para discutir a sobrevivência do planeta e estabeleciam metas que resultariam na ampliação da abrangência do campo de trabalho do paisagista, a Escola de Belas-Artes da UFRJ oferecia pela primeira vez seu Bacharelado em Composição Paisagística, reconhecido pelo MEC em 1979, mas até hoje ignorado pelo poderoso Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) – se é que a escola em algum momento almejou a aprovação do órgão. A meu ver, a nova denominação da titulação – bacharel paisagista, compositor paisagístico? – só veio provocar mais confusão na já indefinida situação do profissional brasileiro.

Estruturalmente, o bacharelado da EBA é dividido em dois ciclos, cada um com quatro semestres. O primeiro, básico, inclui disciplinas comuns aos demais cursos de uma escola de artes: história da arte, teoria da percepção, teoria da informação, estética, desenho artístico, modelo vivo, desenho anatômico, criação da forma, plástica, geometria descritiva, elementos de arquitetura e perspectiva. No ciclo profissional, o aluno cursa dois semestres de história dos jardins, quatro de composição de jardins (720 horas) e dois de mobiliário de jardins.

Para completar os créditos necessários à diplomação, cada aluno deve escolher ainda duas ou três disciplinas “complementares” de uma lista que engloba, entre outras, maquetes, desenho de botânica, topografia, impactos ambientais e fotointerpretação. A mais procurada, como era de se esperar, costuma ser botânica aplicada ao paisagismo (60 horas).

Analisando temas e cargas horárias de cada disciplina pode-se deduzir que o curso tem enfoque predominantemente artístico, sendo menos direcionado aos aspectos ecológicos, bióticos ou ecossistêmicos, embora com tempo suficiente para ser mais aprofundado que o ministrado nas escolas de arquitetura do país.

Apenas dois anos depois da implantação do bacharelado da EBA, um curso avulso foi organizado pelo Departamento do Estado da Guanabara do Instituto de Arquitetos do Brasil, dentro do novo espírito multidisciplinar sugerido pela Conferência de Estocolmo, que lá no

início do texto caracterizei como **terceira fase**. Corria o ano de 1974 e o arquiteto paisagista Fernando Chacel se encarregou da coordenação do curso Paisagismo: Métodos e Técnicas. No corpo docente, além de Chacel, o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, o engenheiro agrônomo Alceu Magnanini, o geomorfólogo Aziz Ab'Sáber e também um agrimensor e um geólogo. Pela primeira vez, tantas especialidades se reuniram em torno de um mesmo propósito, numa tentativa de reprodução do modelo que começava a ocorrer, ainda de forma incipiente, nas equipes de trabalho daqueles novos tempos. Apesar de tratar-se de curso isolado, desvinculado de qualquer estrutura acadêmica sistematizada, representou o marco inicial de uma nova postura no trato da questão.

Dentre os temas abordados, arborização urbana e viária, macrounidades da paisagem brasileira, funções do espaço livre, conservação da natureza e planejamento da paisagem, paisagens inter e subtropicais, parques nacionais e reservas equivalentes, o papel do agrimensor no planejamento da paisagem, geotecnia e planejamento do meio ambiente.

Em 1976, dois fatos marcantes são merecedores de registro: a criação da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, ambos ocorridos em São Paulo.

Representando a primeira forma de organização corporativa dos paisagistas brasileiros, a ABAP nasceu e, capitaneada pela arquiteta paisagista Rosa Grena Kliass, logo filiou-se à International Federation of Landscape Architects (IFLA). Em paralelo, Fernando Chacel, um dos fundadores da entidade e que viria a ser seu segundo presidente, aliou-se a Aziz Ab'Sáber para elaborar o Modelo de Curso de Planejamento Paisagístico, que apresentou no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, provocando estrondosa reação dos colegas arquitetos, por considerarem que professava a divisão da categoria e seu conseqüente enfraquecimento perante as inúmeras reivindicações políticas em curso. Eram os anos 1970, não podemos esquecer. Mas, por outro lado, também era a época áurea do desenvolvimentismo e a proposta dos dois professores se encaixava como uma luva no conceito da não aceitação passiva de agressões irreversíveis ao meio ambiente, tudo no mais puro espírito da **terceira fase**. Entretanto, acabou prevalecendo a repulsa dos arquitetos e o programa foi engavetado sem mais discussões.

O Modelo de Curso de Planejamento Paisagístico admitia duas alternativas de operacionalização, podendo ser encaixado *dentro* dos currículos das faculdades de arquitetura, com seis a oito semestres de trabalho integrado, ou funcionar de forma *independente*, embora com algum nível de vinculação com o curso de arquitetura, com oito a dez semestres. Mas o fato é que tanto uma quanto a outra alternativa exigia consideráveis alterações dos currículos universitários e dos conceitos vigentes, resultando na efetiva formação de um novo profissional, ainda não existente em solo pátrio. A bem da verdade, até hoje inexistente.

Dentre suas disciplinas, destacavam-se história do paisagismo, métodos de pesquisa, legislação e prática profissional, recursos naturais e conservação da natureza, fitogeografia e botânica, geomorfologia e pedologia, biogeografia, domínios paisagísticos brasileiros, climatologia dinâmica, organização do espaço e paisagismo, ecologia urbana, sistemas agrários e organização do espaço rural, paisagem e estética urbana, fotointerpretação, micro e macropaisagismo, planejamento da proteção de recursos naturais, planejamento em função da produção de recursos, planejamento do espaço da recreação, do espaço do deslocamento, de áreas para extensão urbana, de espaços residenciais, industriais e comerciais.

Apesar da distância de apenas quatro anos entre a formatação deste curso e do oferecido pela Escola de Belas-Artes, é possível perceber diferenças quase que existenciais entre as duas proposições.

Em 1978, a jovem ABAP acolheu em Salvador o XVI Congresso da IFLA, que contou com a participação de arquitetos paisagistas dos quatro cantos do mundo, inserindo definitivamente o Brasil, o profissional brasileiro e sua produção no panorama internacional.

Nos anos 1980, a ABAP promoveu em São Paulo cursos sobre vegetação aplicada ao paisagismo e paisagismo urbano, contando mais uma vez com professores de áreas distintas, entre eles o paisagista Roberto Burle Marx, os arquitetos paisagistas Fernando Chacel e Rosa Kliass, o geógrafo Aziz Ab'Sáber, os botânicos Mario Ferri, Luiz Emygdio de Mello Filho e Harry Blossfeld, e o engenheiro agrônomo Hermes Moreira de Souza. Àquela altura, a interdisciplinaridade já poderia ser considerada irreversível.

Em 1993 aconteceu, também em São Paulo, o Colóquio sobre Ensino de Arquitetura Paisagística no Brasil, que deu origem à série dos ENEPEA, cuja primeira edição ocorreu em 1994, no Rio, e já rendeu frutos, pois os temas debatidos durante o evento acabaram sendo incorporados à redação da Portaria 1.770, assinada em dezembro do mesmo ano, que estabeleceu o novo currículo mínimo para as escolas de arquitetura, exigindo a presença da disciplina paisagismo na grade curricular de todas as faculdades, públicas e privadas. Por incrível que pareça, até então a prática não era obrigatória.

Mas não vamos ser ingênuos a ponto de pensar que a partir deste momento tudo tenha sido resolvido, pois sabemos que um ou dois semestres de paisagismo, por melhor que sejam ministrados, são insuficientes para formar um arquiteto paisagista, sem levar em conta que até hoje muitas escolas oferecem a disciplina apenas para cumprir a lei, relegando-a aos últimos períodos do curso, como se os compromissos éticos e ambientais com a ocupação do território e com a inserção da edificação na paisagem pudessem *ficar para depois*. Em outras palavras, a arquitetura paisagística ainda tratada como o molho da salada, a cereja do bolo.

A falta de professores gabaritados para a disciplina é uma das alegações mais freqüentes, o que não deixa de ser verdade, considerando que hoje existem mais de 150 escolas de arquitetura no país. E assim, os cursos de arquitetura não formam paisagistas e, como não formam, onde arranjar professores qualificados para a tarefa? Com o objetivo de desmontar este círculo vicioso, a FUPAM (Fundação para Pesquisa Ambiental), aliada à IFLA, Unesco, FAUUSP e ABAP, ofereceu no período 2004-2005 o Programa de Capacitação em Arquitetura Paisagística, voltado preferencialmente para professores de paisagismo atuantes em escolas de arquitetura de todo o país. Ao longo de quatro módulos, professores brasileiros e estrangeiros desenvolveram três disciplinas em cada módulo, reunindo 75 alunos de 22 cidades e 12 estados brasileiros, representantes de 18 instituições de ensino superior, que cursaram parcial ou totalmente o programa. No rol de temas, teoria e história da arquitetura paisagística, processo de projeto e representação gráfica, métodos de projeto, caracterização paisagístico-ambiental do sítio, a vegetação e seus aspectos ecológicos, o projeto de plantio, elementos construídos, tecnologia da paisagem, arquitetura e arquitetura paisagística, leitura da paisagem, análise paisagística, espaços abertos urbanos e planejamento paisagístico.

Um ano antes do início deste programa, Fernando Chacel colocou em prática uma nova experiência no Rio de Janeiro, em certo sentido assemelhada ao modelo de curso interdisciplinar rechaçado pelos arquitetos em 1976. Trata-se do curso de formação de **tecnólogos em paisagismo** oferecido pela Universidade Veiga de Almeida, com 1.680 horas de carga horária distribuídos por quatro semestres. Após a primeira etapa de experimentação, que envolveu três turmas em seqüência, o curso passou por total reestruturação, contando com a participação de todo o corpo docente, que resultou no acréscimo de mais dois semestres de especialização, com 840 horas além das 1.680 iniciais, mas esta complementação não chegou a ser implantada, comprometendo a configuração global do curso.

Após o primeiro semestre básico, em que o aluno recebe ensinamentos sobre história da arte, desenho de observação e geométrico, ecologia e outros conceitos preliminares, são estudados desenho e comunicação gráfica, conceituação e intervenção paisagística, leitura da paisagem, inventário e análise da paisagem, uso e funções do espaço exterior, história, teoria e crítica do

paisagismo, introdução ao projeto de paisagismo, solos, clima, botânica aplicada, princípios de ecologia, composição de jardins: componentes mineralizada e vegetal, topografia, drenagem e modelagem do terreno, materiais de construção, detalhes construtivos, cadernos de encargos e orçamentos. Na etapa de especialização, concebida como continuidade natural, o aluno trabalharia com a recuperação de áreas degradadas, aprofundaria os conhecimentos de história, teoria e crítica do paisagismo, estudaria botânica aplicada ao paisagismo avançado, o sistema vegetal atlântico, entomologia, fitopatologia, educação ambiental e fauna, além de praticar em atelier de projeto integrado, para onde convergiriam os conhecimentos adquiridos em todas as disciplinas.

Atualmente o curso se encontra em via de reconhecimento pelo MEC, mas não se ouvem comentários a respeito de sua regularização perante o CREA, fato que, não se concretizando, impedirá que os formandos exerçam plenamente suas atividades profissionais.

Assim como este, inúmeros outros cursos pipocam pelo país afora, acarretando total confusão nos interessados em seguir a carreira paisagística e no mercado de trabalho. A própria terminologia empregada por cada um, que embaralha expressões como especialização, extensão e pós-graduação de forma aleatória, contribui para o caos, o que talvez interesse a alguns.

O paisagista e a regulamentação profissional

O Crea “fiscaliza o exercício profissional com a missão de defender a sociedade da prática ilegal das profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA” e estabelece “normas que regulamentam ou disciplinam a aplicação das leis e decretos pertinentes ao exercício profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, da Geologia, da Geografia, da Meteorologia, dos **Tecnólogos** (grifo meu) e dos Técnicos Agrícolas e Industriais”. É possível que algumas orientações variem de um estado a outro da federação, mas as determinações dos últimos anos demonstram que o órgão se encontra mergulhado em dúvidas quanto à relação entre arquitetos, agrônomos e as atividades específicas de paisagismo. Seguem alguns exemplos.

Em sua Deliberação Normativa nº 023/00, a Câmara Especializada de Arquitetura do Crea-PR cita o Anexo I da Decisão Normativa 047/92 do Confea, que afirma que “Paisagismo é habilitação exclusiva do Arquiteto” e “Parques e Jardins é habilitação dos profissionais Arquiteto, Urbanista, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Florestal”. O mesmo documento comenta o Artigo 5º da Resolução 218/73 do Confea, explicando que a expressão **Parques e Jardins** diz “respeito aos aspectos de produção e manejo, e não de planejamento e projeto de espaços”, enquanto “**Paisagismo** é arte e técnica de planejar espaços (...)”. Daí depreendemos que cabe ao arquiteto tanto o planejamento quanto a produção e o manejo, sendo vedado, entretanto, o planejamento aos engenheiros agrônomos e florestais. Por fim, a Câmara Especializada delibera:

“Art. 1º - O projeto de paisagismo é atribuição **exclusiva** (grifo no original) do Arquiteto (...).

Art. 2º - A execução do serviço de paisagismo é atribuição do arquiteto (...).

Art. 3º, Parágrafo Único – A empresa que se propõe a prestar serviços de execução de paisagismo **poderá** (grifo meu) ter como responsável um Engenheiro Agrônomo ou Florestal, **além** (grifo meu) do Arquiteto.

Art. 6º - O uso do termo Paisagismo é exclusivo de Profissionais ou Empresas da área de Arquitetura e Urbanismo que se dediquem a esta atividade, caracterizando o seu uso indevido em exercício ilegal da profissão.”

Dois anos depois, as Câmaras Especializadas de Arquitetura e Agronomia do Crea-MG, através da Decisão Normalizadora nº 01/2002, deliberaram o que segue abaixo. Chamo a

atenção para o fato de o documento ter sido gerado por instância conjunta de arquitetos e agrônomos.

*“Art 1º - Estão obrigados ao registro no CREA os profissionais, empresas e firmas que se dediquem à atividade de Paisagismo e Parques e Jardins e **que possuam o termo Paisagismo em sua razão social** (grifo meu).*

Art 2º - Somente ao arquiteto, engenheiro arquiteto e arquiteto urbanista é facultado o direito de se intitular PAISAGISTA.

*Art. 3º - A atividade de execução de parques e jardins é desenvolvida por: Arquiteto, Engenheiro Arquiteto, Arquiteto Urbanista, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Urbanista e **Técnico 2º grau na área de Agronomia** (grifo meu).”*

Torna-se mais complicado ainda se analisarmos o teor das Decisões de números 11/2002 e 12/2002 do CREA-RJ, ambas emitidas em 21 de agosto de 2002, sendo a primeira firmada conjuntamente pelas Câmaras Especializadas de Engenharia Agrônoma e de Arquitetura e a última incluindo também a chancela da Câmara de Engenharia Civil, além das duas já citadas.

A Decisão nº 11/2002 estabelece:

1. As atividades de Projeto de Paisagismo, de Arquitetura Paisagística são atribuições exclusivas do arquiteto, do urbanista e do arquiteto urbanista (...).

1.1 As empresas que se propõe (sic) a prestar serviços de execução de paisagismo poderá (sic) ter como responsável técnico um engenheiro Agrônomo ou Florestal, **além** (grifo meu) do Arquiteto.

2. As atividades referentes a Parques e Jardins são da competência dos Arquitetos, Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Florestais, observando-se o seguinte:

2.1 quando envolver o planejamento e o projeto de espaços são da competência exclusiva dos Arquitetos;

2.2 quando envolver a produção, manejo e manutenção das espécies arbóreas (pergunto: e quando as espécies forem arbustivas ou herbáceas?) são da competência exclusiva dos Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Florestais. (Esta determinação entra em choque com a estabelecida pelos CREAs mineiro e paranaense, pois exclui o arquiteto.)

3. (...)

4. O uso do termo Paisagismo é exclusivo de Profissionais ou Empresa da área da Arquitetura e Urbanismo que se dediquem a esta atividade.

A Decisão 12/2002 acrescenta alguns dados que ainda não haviam sido considerados:

1. As atividades de Projeto de Contenção de Encostas, Taludes e Canteiros em Estradas ou de Obras com uso de gramínea são atribuições do **engenheiro civil** (grifo meu), observando-se o seguinte:

1.1 Os arquitetos (...) possui (sic) atribuições para a autoria de projetos e responsabilidade técnica pela execução de obras de contenção de taludes. (Essa informação conflita com a contida no item anterior.)

1.2 O fornecimento e especificação do tipo de gramínea a ser utilizado na Contenção de Encostas, Taludes e Canteiros em Estradas ou de Obras são da competência de engenheiros

agrônomos e/ou florestais. *(Segundo o item 1, projetos com emprego de gramínea competem ao engenheiro civil, mas aqui determina-se que a especificação do tipo de gramínea é atribuição de outros profissionais. Vale a pena lembrar que a expressão gramínea caracteriza apenas uma família botânica e vale supor que não foi regulamentado o emprego de leguminosas, melastomataceas, ciperáceas e liliáceas, por exemplo, ou mesmo soluções em que se utilizem espécies arbustivas ou arbóreas. Acredito que os engenheiros agrônomos, signatários desta Decisão, saibam disto.)*

1.3 A colocação de gramínea na Contenção de Encostas, Taludes e Canteiros em Estradas ou de Obras é da competência dos engenheiros agrônomos e/ou florestais, civis e arquitetos. *(Recomendo a releitura desta frase, pois se a cotejarmos com a anterior deduziremos que engenheiros civis e arquitetos não podem especificar ou fornecer a gramínea, mas podem plantá-la.)*

De tudo isso podemos concluir que as atribuições precisam ser mais bem definidas. Pelo menos até a criação do conselho próprio da categoria dos arquitetos, momento em que deixarão o Sistema Confea/Crea exclusivamente para os engenheiros civis, agrônomos e florestais. Quando isso ocorrer, será que o Crea continuará a afirmar que paisagismo é atribuição exclusiva do arquiteto? O que pensam disto os agrônomos? E os profissionais graduados na EBA? E os tecnólogos em paisagismo?

O problema de base é que a profissão de arquiteto paisagista (ou de paisagista) não é regulamentada no Brasil, assim como em várias partes do mundo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece como independentes as profissões de arquiteto, de urbanista e de arquiteto paisagista, visão respeitada pelos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Áustria, Inglaterra, Suíça, países nórdicos, Japão, Israel e, mais recentemente, Itália, nações que possuem escolas específicas de arquitetura paisagística ou cursos de pós-graduação em arquitetura paisagística para diplomados em áreas afins. Infelizmente, o Brasil ainda não se enquadra em nenhum destes casos.

Conclusões

Ao longo da história, o ofício do paisagista passou por transformações que o levaram do aprendizado transmitido de pai para filho, a uma visão muito mais abrangente do profissional integrado a grandes equipes multidisciplinares. Da concepção praticamente arquitetônica do espaço externo, passou à visão pictórica da fruição visual e a seguir caminhou para uma conjugação entre fatores estéticos, ambientais, culturais e de utilização intensiva dos ambientes paisagísticos. Com todas essas modificações de enfoque, percebe-se que em alguns países, como é o caso do Brasil, não se chegou a delinear um modelo de profissional oficialmente habilitado para o desafio que se tem à frente, apostando ainda no auto-didatismo, na especialização no exterior e no acúmulo de conhecimentos adquiridos em cursos autônomos. Na verdade, nenhum curso existente no país forma o profissional que precisamos. O resultado é uma miríade de paisagistas com características tão distintas e que enxergam a questão de forma tão diversa, que as possibilidades de diálogo se tornam quase impossíveis. Em algum momento teremos que enfrentar a fundo esta situação, e esperamos que este dia esteja próximo, pois as questões ambientais e as necessidades básicas do homem urbano não podem aguardar mais.

Bibliografia

CHACEL, Fernando (Coord.) *Paisagismo: métodos e técnicas*. Apostila. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento da Guanabara. 1974.

CHACEL, Fernando, AB'SÁBER, Aziz. Modelo de Curso de Planejamento Paisagístico. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil. São Paulo. Anais. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1976.

CREA-MG. *Decisão Normalizadora n. 01/2002*. Câmaras Especializadas de Arquitetura e Agronomia. 2002.

CREA-PR. *Deliberação Normativa n. 023/00*. Câmara Especializada de Arquitetura. 09 de outubro de 2000.

CREA-RJ. *Decisão n. 11/2002*. Câmaras Especializadas de Engenharia Agrônoma e de Arquitetura. 21 de agosto de 2002.

CREA-RJ. *Decisão n. 12/2002*. Câmaras Especializadas de Engenharia Agrônoma, Civil e de Arquitetura. 21 de agosto de 2002.

ESCOLA DE BELAS ARTES, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Curso de Composição Paisagística. Ementas das disciplinas. 2005.

MELLO FILHO, Luiz Emygdio de; PROCHNIK, Wit-Olaf. *Curso de Botânica aplicada para arquitetos e paisagistas*. Apostila. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. 1958.

PELLEGRINO, Paulo; TAYLOR, James (Orgs.). *Programa de capacitação em arquitetura paisagística*. São Paulo: FUPAM/IFIA/Unesco/FALUSP/ABAP. 2005.

PORTARIA n. 1.770 – MEC. 21 de dezembro de 1994.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. *A relevância da disciplina de paisagismo na formação do arquiteto urbanista*. Texto avulso. São Paulo. s/d.